
Daxiyanguo

Portuguese Journal of Asian Studies | Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos
ISSN: 1645-4677 | ISSN-e: 2184-9129 | 2024, 2.º semestre, Número 33, páginas 93-114
DOI: 10.57857/ulisboa.iscsp.1645-4677.33.2024.000006/pp.93-114

Relações Sino-Russas: A Contextualização Histórica e Estratégica de um Eixo de Conveniência

Sino-Russian Ties: The Historical and Strategic Contextualization of an
Axis of Convenience

Mário Leiria dos Santos*

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), Portugal;
Email: a2019129331@campus.fcsh.unl.pt

RESUMO

Este artigo procura analisar o contexto histórico e evolução das relações sino-russas, sobretudo, entre 1949 e 2020, e o desenvolvimento do “eixo de conveniência” atual. Começaremos por analisar as primeiras tensões entre o Império Russo e Chinês com as invasões mongóis e a expansão imperial russa. Analisar-se-á também o envolvimento soviético nas Guerras Civis Chinesas, e na formação da China comunista. Iremos observar os anos dourados das relações os “irmão comunistas”, até à sua rutura em 1960, e o papel americano na competição estratégica e ideológica sino-soviético. Depois, a sua reaproximação num contexto de final de guerra fria e de hegemonia unipolar norte-americana. Através desta contextualização histórica pretende-se analisar como a proximidade sino-russa é estrategicamente importante, mas que devido a fraturas

históricas profundas não é um verdadeiro “eixo de amizade”, mas mais um “eixo de conveniência” contra os Estados Unidos.

Palavras-chave: Federação Russa; República Popular da China; Estados Unidos da América; Multipolaridade

ABSTRACT

This article seeks to analyse the historical context and evolution of the sino-russian relations, mostly, from 1949 to 2020, and their development into the current “axis of convenience”. We will start by analysing the first tensions between the Russian Empire and the Chinese Empire with the Mongol invasions and the Russian imperial expansion. We’ll also analyse the soviet involvement in the Chinese Civil Wars and the birth of communist China. Further, we’ll delve into the golden sino-soviet years up until the split, and the American role in the strategic and ideological competition between the “two siblings”. Then, we’ll delve into the rapprochement during the last decade of the Cold War and during the unipolar American hegemony. Through this historical contextualization we pretend to analyse how strategically important the sino-russian “friendship” is, but due to historical fractures, it isn’t a true “friendship” but an “axis of convenience” against the United States.

Keywords: Russian Federation; People’s Republic of China; United States of America; Multipolarity

1. Introdução

O século XXI é, ocasionalmente, referido como o século Chinês devido ao seu crescente peso nos destinos geopolíticos e geoeconómicos mundiais, despertando diversas reações no Ocidente. No dia 4 de fevereiro de 2022, Vladimir Putin e Xi Jinping anunciaram uma parceria “sem limites”, que transcendia “qualquer aliança da Guerra Fria”. Esta declaração foi um gesto altamente simbólico tendo em conta o *timing*, 4 dias antes dos Jogos Olímpicos de inverno, organizados pela China, e 20 dias antes da invasão russa da Ucrânia. Suscitou, também, medos de que Moscovo e Beijing estivessem a preparar a formalização de uma aliança político-militar. Porém, a história mostra que as relações entre as duas capitais foram atribuladas, e é uma incógnita se estas tensões latentes na relação sino-russa podem desmanchar esta “parceria sem limites”. Assim, é importante que se analise como Moscovo e Beijing interagiram entre a vitória do Partido Comunista Chinês (PCC) na Guerra Civil Chinesa (1945) e a assinatura do Tratado de Amizade, Boa Vizinhança e Cooperação (2001), e se pense na forma como a evolução das relações sino-russas afeta o sistema internacional, em particular, com a crescente importância da região da Ásia-Pacífico.

2. Antecedentes históricos

Uma das primeiras interações entre a atual Rússia e o continente asiático foi a invasão e ocupação mongol. Os mongóis seriam os precursores do que seria a dinastia imperial chinesa Yuan, e ocupariam território russo por 3 séculos, originando uma visão do “Oriente” enquanto entidade monolítica que ameaçava a existência russa. Séculos mais tarde, a Rússia imperial impôs três “tratados desiguais” à China entre 1858 e 1864, em que o Império Russo anexaria, aproximadamente, 1,5 milhões de quilômetros quadrados. A China perderia ainda mais território nos 1880s, e a Rebelião dos Boxers (1899-01) permitiu ao Exército Russo participar na resposta ocidental e estabelecer-se na Manchúria. A Rússia ficaria, como outras potências imperiais ocidentais, marcada na memória coletiva chinesa como participante no “século de humilhação” entre a Primeira Guerra do Ópio (1842) e o triunfo comunista (1949). Algo importante de mencionar, é que o Extremo Oriental Russo, à semelhança de Taiwan, são os únicos territórios chineses do século XIX ainda não integrados na República Popular da China (Lo, 2008a, pp. 18-21).

3. Fundação dos partidos e a guerra civil chinesa

O início do século XIX traria, com Tratado de Versalhes e o final da Primeira Guerra Mundial, amargura para as aspirações chinesas, com a província de Shandong, detida pela Alemanha, a ser entregue ao Japão, e não à China. Demonstrando a fraqueza chinesa, o menosprezo e a hipocrisia da “autodeterminação ocidental”, a via comunista ganhou força, levando à criação do Partido Comunista Chinês (PCC) em 1921. O triunfo recente da revolução bolchevique na Rússia fortaleceria o PCC (Lo, 2008a, p. 23), dado que, simultaneamente, Moscovo interessava-se pela Ásia, apoiando tanto nacionalistas como socialistas, inimigos comuns do imperialismo ocidental. A China no início da década de 1920 parecia perfeita para atividades soviéticas, através do Guomindang (GMD) de Sun Yatsen, devido às suas visões anti-imperialistas e vagamente socialistas (Best et al., 2015a, p. 71). Moscovo apoiou, também, o estabelecimento do PCC e a sua inclusão no Comintern (Lo, 2008a, p. 23). O apoio soviético ao GMD com conselheiros militares, armamento e o estabelecimento de uma “Frente Comum” com o Partido Comunista, transformou o GMD numa máquina política e militar formidável. Porém, tensões começariam desde cedo, especialmente entre o Partido Comunista Chinês e o Kremlin devido à dicotomia entre a necessidade de apoio e financiamento e o desejo de autonomia de decisão do PCC (Best et al., 2015a, pp. 71-72). Outro ponto de tensão foi a recusa soviética de devolver territórios conquistados no século XIX, incluindo partes da Manchúria, ao domínio chinês (Lo, 2008a, p. 24).

O sucessor de Sun, Chiang Kai-shek, aproveitaria a capacidade instalada, lançando a Ofensiva do Norte para unificar o país. O sucesso desta ofensiva levaria à reunificação chinesa, obrigando as grandes potências a alterarem as suas políticas para a China, pretendo posicionar-se melhor para o mercado chinês através de concessões. Chiang conduziria, em 1927, uma purga da influência soviética e comunista no GMD, tentando uma aproximação a Londres e Washington, pretendendo pressionar o Japão a ceder território ocupado. A crise da Manchúria, em 1931, escalaria as tensões quando o exército japonês de Kwantung, unilateralmente e sem aprovação de Tóquio, anexa a região da Manchúria e institui o regime fantoche de Manchukuo. Em 1933-34, o exército de Kwantung expandiria a sua área de operação, apoiando independentistas na Mongólia Interior, e em 1935 invadiria cinco penínsulas no norte chinês. Para responder a este desafio, o Guomintang tentou modernizar-se e diminuir a capacidade comunista de desafiar a autoridade do governo central (Best et al., 2015a, pp. 71-76). Estaline, ainda assim, decidiria apoiar o governo de Chiang devido a um imperativo estratégico de conter o Japão, mesmo à custa da perseguição dos comunistas (Lo, 2008a, p. 24).

A Guerra contra o Japão, em 1937, forçaria comunistas e nacionalistas a uma trégua temporária para resistir à agressão japonesa, sob uma “Segunda Frente Unida”, embora com lutas em paralelo. O PCC de Mao tinha sucesso numa luta guerrilha intensa, cimentando o seu poder militar e político. Já o oposto acontecia com o Guomintang, que não só não conseguia enfrentar os invasores, como perdia cada vez mais apoio popular. Contudo, o Guomintang tinha uma vantagem sobre os comunistas, o apoio dos Estados Unidos, particularmente, pós-Pearl Harbor, quando decidiram reforçar o apoio financeiro e militar aos nacionalistas. Este apoio americano permitiu que Chiang recebesse a concessão soviética de não-interferência nas hostilidades entre nacionalistas e comunistas, em troca de privilégios económicos e militares. Assim, o Guomintang parecia estar em vantagem para enfrentar as forças de Mao no final da Segunda Guerra Mundial (Best et al., 2015b, pp. 268-270).

O desfecho da Guerra Civil Chinesa seria fulcral para o desenvolvimento da Guerra Fria no Leste Asiático. Após a Segunda Guerra Mundial, ambas as superpotências pretendiam assegurar que esta região não seria problemática. A União Soviética pretendia restaurar a presença imperial pré-Guerra Russo-Japonesa (1904-1905). Os Estados Unidos, por sua vez, pretendiam assegurar que Pearl Harbor não se repetiria ocupando o Japão e “democratizando-o”. Estes interesses seriam os precursores para a competição securitária regional entre as duas superpotências. E, para ambos, o resultado da guerra civil chinesa era determinante para as suas ambições. Um entendimento entre os

comunistas e nacionalistas poderia tornar a China numa potência estabilizadora da região, já a vitória de um dos lados traria a China para a órbita de uma das superpotências (Best et al., 2015b, pp. 267-268).

E neste contexto de paz frágil entre nacionalistas e comunistas, assinada, em 1946, sob negociação americana, a intensificação da rivalidade entre as superpotências seria o rastilho para a eclosão da Guerra Civil Chinesa. A União Soviética retirava-se da Manchúria enquanto permitia o estabelecimento de tropas do Partido Comunista no território. A resposta do Guomintang passou pelo envio de tropas para a região, recomeçando, assim, a Guerra Civil Chinesa. E embora, houvesse uma superioridade das tropas de Chiang no norte chinês, ao longo do primeiro ano, foram atraídas para uma guerra de guerrilha que lentamente desgastaria o exército nacionalista. No final de 1947, a situação invertera-se e o exército de Mao estaria na ofensiva até 1949. Sem o forte apoio americano que Chiang esperava, o Guomintang vê-se forçado a escapar para Taiwan, entregando, assim, a China continental ao PCC (Best et al., 2015b, pp. 270-271).

4. Entre a “amizade” sino-soviética e a rutura

Quando o Partido Comunista Chinês tomou posse da China continental, encontraria um país devastado após mais de uma década de conflitos incessantes. A aliança com a União Soviética, o centro do mundo comunista, parecia natural para a China, dado que garantiria a sua segurança apoio para a reconstrução. Dado que, não só desejava construir um Estado socialista moderno, capaz de elevar a qualidade de vida da população e de se afirmar no sistema internacional. Mas também porque via o crescente apoio americano, hostil a uma China comunista, à oposição doméstica exilada em Taiwan (Best et al., 2015e, p. 386).

Em 1950, Moscovo e Beijing assinam um tratado de defesa mútua contra o Japão (e os EUA) e reconhecem a independência da República Democrática do Vietname (RDV). A Guerra Fria estava a todo o vapor na Ásia, com um bloco comunista que se opunha aos interesses regionais americanos, cada vez mais moldados pela competição estratégica. Os Estados Unidos consideravam a região importante, não só para a recuperação económica europeia, mas também, para o *containment* do bloco comunista. Como consequência, as prioridades americanas no Japão, uma das principais economias mundiais, mudam de democratização e desmilitarização para recuperação e rearmamento. Washington pretendia impedir que Tóquio caísse para o bloco comunista, pretendendo que tivesse um papel ativo na contenção ao comunismo. E embora esta mudança seja, da perspetiva americana, defensiva, a União

Soviética e a China comunista (rival histórica do Japão), percecionavam esta drástica mudança de políticas, como um patrocínio americano à renovação da agressão japonesa (Best et al., 2015b, pp. 273-275).

Por sua vez, a relação sino-soviética era vista por Washington como uma relação clientelar dominada por Moscovo. De modo a conter este “bloco” comunista, os Estados Unidos reforçaram o apoio económico-militar à Indonésia, Tailândia e a França na Indochina. Inversamente, Beijing e Moscovo apoiariam a RDV. Porém, e talvez mais importante, seria o potencial demonstrado pela aliança sino-soviética na Guerra da Coreia. Neste conflito, a República Democrática Popular da Coreia, apoiada pela União Soviética e China, e a República da Coreia, apoiada pelos Estados Unidos, enfrentar-se-iam pela reunificação da península (Best et al., 2015b, p. 275).

Após receber a luz verde de Estaline, e o apoio de Mao, a república norte-coreana lançaria uma ofensiva que deixaria Washington em choque. Com a aprovação do Conselho de Segurança das Nações Unidas (devido à ausência soviética) uma contraofensiva, encabeçada por forças americanas, seria lançada e empurraria as forças comunistas quase até à fronteira com a China. Esta presença tão próxima de soldados norte-americanos da fronteira chinesa, aliada ao reforço da patrulha do Estreito de Taiwan pela Marinha americana, levava Mao a crer que um ataque americano à China era iminente. Face a isto opta por lançar um ataque preemptivo, não só por motivos estratégicos, mas também para demonstrar as suas credenciais no movimento internacional comunista (Best et al., 2015b, pp. 277-280). Apanhando as forças americanas de surpresa, tropas chinesas, com apoio material e aéreo soviético, repeliram a contraofensiva americana (Best et al., 2015e, p. 387), fazendo a guerra durar mais 3 anos, até à assinatura do armistício em 1953 (Best et al., 2015b, p. 280). O bloco comunista expandia-se, para já, para a Coreia, porém, Estaline exigiria pagamento pelo material dado às forças chinesas. E embora, isto irritasse os chineses, em 1953, já era um problema ultrapassado, quando 2 eventos davam esperança de um futuro melhor nas relações entre os dois gigantes comunistas (Best et al., 2015e, p. 387).

Por um lado, a morte de Estaline, permitiu que Nikita Khrushchev e Georgy Malenkov ascendessem ao poder, possibilitando um armistício na Coreia. Com a RPC num estado de paz, a prioridade era agora a construção de uma economia socialista, baseada nos planos de 5 anos soviéticos. Com a oferta de técnicos, conselheiros e tecnologia industrial e militar soviética, e o auxílio no desenvolvimento da capacidade nuclear, a cooperação sino-soviética parecia estar energizada. Destaca-se também a eficácia conjunta na Conferência de Genebra de 1954 (Best et al., 2015e, p. 387).

Este período, entre 1953 e 1957, foi o ponto alto da aliança, mas continha as sementes do que seria a sua queda. A condenação de Khrushchev das atrocidades e falhas de Estaline, e o apelo a uma “coexistência pacífica” com o Ocidente, foi mal recebida por Mao. Um aspecto positivo deste discurso foi que permitiu a Beijing criticar o “chauvinismo de Grande Potência” praticado sob o governo de Estaline. Em termos práticos, isto significava que a URSS veria a RPC como um igual, reconhecendo que países socialistas não tinham de aderir rigorosamente ao modelo soviético. Isto é importante, pois, em 1956, Mao duvidava que um país com um setor industrial tão pequeno conseguiria desenvolver-se economicamente através duma industrialização planeada centralmente. Em vez disso, Mao acreditava na concentração de esforços na produção agrícola, desenvolvimento de infraestruturas e industrialização localizada, conhecido como o “Grande Salto em Frente” (Best et al., 2015e, pp. 387-389).

O “Grande Salto em Frente”, procurava exacerbar o espírito revolucionário popular, enquanto, simultaneamente, a política externa chinesa se tornaria mais confrontante, devido a uma leitura de Mao da situação internacional. A coexistência pacífica era vista como uma política soviética de se focar na manutenção do seu poder no Leste Europeu. Porém, para Mao, os avanços tecnológicos (como o Sputnik) e as lutas anti-imperialistas no mundo colonizado, significavam que o bloco comunista estava em vantagem e devia ser mais radical no confronto com o imperialismo ocidental. Beijing procurava também equidade com Moscovo através duma política externa e de defesa mais independente (Best et al., 2015e, p. 389). Resistindo a convites de integração estratégico-militar com a URSS, Mao, acreditava que Moscovo procurava tornar a China em mais um satélite (Berkofsky, 2014, p. 113).

Em 1958, Mao lançaria uma campanha de propaganda pela libertação, e ordena o ataque a ilhas costeiras ainda controladas pelo Guomindang, (que já foram foco de uma crise em 1954-55 e resultado num pacto de defesa entre Taipé e Washington). Esta segunda crise do estreito de Taiwan, rapidamente se tornou numa crise entre a China e os EUA. Esta crise era uma declaração de independência face à URSS, que se revelava pouco satisfeita com tensões no Leste asiático, dado o seu foco na Europa. Oferecendo apoio limitado a Beijing e avisando Washington contra o uso de armas nucleares, Moscovo procurava controlar os eventos, a capital chinesa, contudo, recusaria alinhar posições. Com o seu objetivo concluído, Mao permitiria que as tensões com os EUA se dissipassem, no entanto, esta crise deixaria feridas profundas na relação sino-soviéticas. A liderança soviética, preocupada com a imprevisibilidade e beligerância chinesa, procurava retirar a Beijing a capacidade de minar a es-

tabilidade internacional, tirando o acesso a um protótipo de arma nuclear e mantendo-se neutral nas disputas territoriais entre a China e a Índia. Para Mao, isto só demonstrava que a União Soviética não respeitava a independência chinesa e tornava-se cada vez mais “revisionista”. As críticas do Ministro da Defesa chinês, Peng Dehuai, ao “Grande Salto Em Frente”, após uma visita a Moscovo, seriam vistas, por Mao, como uma tentativa soviética de controlar a China (Best et al., 2015e, pp. 389-390).

5. Escalada de tensões e triangulação com Washington

O início dos anos 60 provariam, também, que a existência de um bloco comunista coeso era um mito. Vários países do Pacto de Varsóvia revoltar-se-iam contra o domínio soviético, apenas para serem “silenciadas” por Moscovo. A grande diferença ideológica entre os colossos comunistas levaria a uma desilusão chinesa com a natureza do apoio soviético. E a rejeição chinesa da doutrina da coexistência pacífica acabaria, em 1960, com a cooperação militar, e no ano seguinte, acusações de revisionismo seriam trocadas (Best et al., 2015c, pp. 294-295).

Contudo, o falhanço do Grande Salto deixaria a China frágil e Mao fora da frente política: Figuras mais moderadas, como Liu Shaoqi e Deng Xiaoping, tentariam reparar os estragos domésticos e relaxar as tensões sino-soviéticas. Esta breve trégua, de 1961, cairia rapidamente com o regresso de Mao. Para Mao, uma reaproximação chinesa à URSS, tornaria a RPC também num estado revisionista, burocrático, assente no capitalismo de estado e defensor do status quo, algo fora de questão. A retirada soviética durante a Crise dos Mísseis de Cuba, em novembro de 1962, e a assinatura do *Limited Test Ban Treaty*, em 1963, só reforçariam esta ideia. Assim, em 1963-64, após ataques e críticas à URSS de Khrushchev, a fratura entre chineses e soviéticos tornara-se demasiado grande para ser reparada (Best et al., 2015e, pp. 391-393). Além disso, em 1962, a URSS apoiaria a Índia nas disputas territoriais com a China (Berkofsky, 2014, p. 114).

Enquanto a aliança com Moscovo colapsava, Beijing planeava uma política externa mais revolucionária e agressiva, de modo a ganhar apoio na Ásia e África. Reconhecendo o subdesenvolvimento chinês, Mao acreditava que a China podia assumir uma posição de liderança do Terceiro Mundo e impelir os movimentos de libertação contra o imperialismo na Ásia e África. A primeira tentativa dera-se ainda, em 1955, com a participação na conferência de Bandung, nesta fase aproximou-se à Índia e renunciou às ambições de controlo sobre o Sudeste Asiático. Porém, o Grande Salto e os confrontos fronteiriços com a Índia pelo Tibete, em 1959, levaram Beijing a tomar uma postura

fraturante sobre o Terceiro Mundo. Esta direção de confronto denunciava o “não alinhamento” e apoiava a linha mais fortemente anti-imperialista. De 1963 para a frente, o anti-imperialismo tornou-se o centro da diplomacia chinesa, tentando angariar apoiantes para uma nova conferência afro-asiática na Argélia que rivalizasse com o movimento dos “não alinhados” (Best et al., 2015e, p. 393).

Exemplo disto, foi a afirmação da China enquanto principal apoiante da República Democrática do Vietname na sua luta para unificar o país sob liderança comunista. Assim, sem se confinar à aliança com a União Soviética, a PRC pretendia tornar-se líder do terceiro mundo, procurando exportar a sua ideologia, em detrimento tanto de Moscovo como de Washington. Porém, dois fatores limitavam a capacidade da China em se oferecer enquanto alternativa às duas superpotências. O primeiro, era que tinha pouco para oferecer além de retórica, não conseguindo fornecer quer apoio económico, quer material militar avançado. A RDV recorreu à União Soviética quando a China não conseguia oferecer nada que enfrentasse a supremacia aérea americana (Best et al., 2015e, pp. 393-394), e devido à cisão sino-soviética, Hanói conseguiu forçar tanto um lado como o outro a enviarem mais armamento e maquinaria militar pesada (Best et al., 2015d, p. 320). Beijing demonstrava não conseguir projetar poder ou auxiliar os seus clientes no decurso de conflitos contra adversários externos e internos. O segundo fator, que arrefeceu esta ofensiva diplomática, foi a viragem para dentro de Mao, entre 1965 e 1966, com a Revolução Cultural. O arranque da Revolução mergulharia a China no caos, com embaixadores a serem chamados de volta para reeducação e relações diplomáticas a serem suspensas. A diplomacia chinesa só se movia para apoiar partidos comunistas, que eram de doutrina semelhante, e criticar o capitalismo americano e o “falso comunismo soviético”. A retirada da diplomacia revolucionária acalmou preocupações regionais americanas, permitindo o seu retraimento do Vietname, mas, por outro lado, alarmou Moscovo que via a RPC como um vizinho instável e perigoso (Best et al., 2015e, pp. 394-395), que já se encontrava preocupada com a deriva do Pacto de Varsóvia, com a Albânia e a Roménia a aproximarem-se da China. Em 1968, a Primavera de Praga, aumentou os medos de uma maior divisão no Pacto, e a doutrina Brezhnev, surge como resposta, instituindo que a URSS interviria sempre que um sistema político socialista estivesse “sobre ameaça” (Best et al., 2015c, pp. 294-295). Simultaneamente, Moscovo fortaleceu as suas forças ao longo da fronteira com a China e apontou armas nucleares para setores vitais chineses. Mao acreditava que a soma destes fatores indicava que Beijing seria o próximo alvo soviético,

forçando um relaxamento da Revolução Cultural devido à necessidade de estabilidade interna (Best et al., 2015e, p. 395).

O ano de 1969 seria marcado por vários confrontos fronteiriços entre a China e a União Soviética, em particular nas imediações da ilha contestada de Damanski/Zhenbao. A intensificação destes conflitos levaria a uma ameaça nuclear por parte da URSS contra o seu antigo aliado, porém, quando Washington avisou Moscovo que não ficaria neutral numa guerra total contra a China, as tensões acalmariam (Berkofsky, 2014, pp. 114-116).

Na sequência destes confrontos, a China apercebeu-se que não podia continuar isolada internacionalmente, e para deter qualquer futuro ataque soviético teria de desenvolver relações com os Estados Unidos. E este desejo de Mao em construir uma relação com os EUA seria retribuído pela Administração Nixon em 1969, embora já tivesse mencionado previamente que os EUA não podiam ignorar o estado chinês. A aliar-se a isto houve dois fatores de peso: melhores relações com a China relaxariam tensões na Ásia e permitiria uma retirada americana do Vietname, e que um alinhamento entre Washington e Beijing colocaria pressão diplomática sobre Moscovo. Embora esta aproximação não tivesse em mira qualquer tipo de aliança, resultou em alguns acontecimentos importantes como a admissão da RPC no Conselho de Segurança em detrimento de Taiwan, e o reconhecimento da “One China Policy” (embora continuasse o apoio a Taipé) (Best et al., 2015e, pp. 395-397).

O ano de 1971 seria marcado pela primeira visita de Henry Kissinger à China, seguindo-se, pouco depois, Nixon. Esta “abertura à China” foi um trunfo para a política externa americana, abrindo caminho à retirada americana do Vietname e a uma maior *détente* entre Moscovo e Washington, permitindo a assinatura dos tratados SALT (*Strategic Arms Limitation Talk*) e do acordo de prevenção de Guerra Nuclear (Best et al., 2015c, p. 296).

No Vietname, com o retraimento americano e “vietnaminação” da guerra, o Sul perdeu capacidade de resistir quer aos Viet Cong, quer ao exército regular da RDV e, em 1975, Saigão cai. Acabavam, assim, 3 décadas de conflito pela independência e unificação do Vietname, agora sob domínio comunista. Neste ano, os vizinhos Laos e Camboja são também tomados por comunistas, e embora o bloco comunista parecesse um monólito consolidado, na verdade, estes 3 países teriam afiliações internacionais e ideias nacionais divergentes. Destes, o Vietname cairia na dependência de Moscovo, dado que a relação com a China piorava a cada dia e a com os Estados Unidos estava congelada desde a vitória frente ao Vietname do Sul. No Camboja, Pol Pot e o Khmer Rouge tomavam poder, e para fazer face a um Vietname mais poderoso estabeleceram laços próximos com Beijing, que desejava impedir uma hege-

monia vietnamita (e pró-Moscovo) na sua vizinhança sul (Best et al., 2015d, pp. 326-327).

A morte de Mao, em 1976, deixou um vácuo na liderança, que Hua Guofeng, o sucessor indicado, tentaria assumir, porém, Deng Xiaoping detinha muito apoio no seio do Partido Comunista e rapidamente afastou Hua do poder. A mudança em Beijing coincidiu com o estado de guerra entre o Vietname pró-soviético e o Camboja pró-chinês (Best et al., 2015e, p. 398). Após provocações e perseguição a vietnamitas no Camboja, por parte dos Khmer Roug, em 1978, o Vietname invade o Camboja e estabelecesse um regime fantoche (Best et al., 2015d, pp. 326-327). Vendo a possibilidade do controlo vietnamita, e soviético, na Indochina, Beijing normalizou as relações com o Japão e cooperou com a ASEAN, para apoiar o Khmer Rouge do Camboja (Best et al., 2015e, p. 398). Em fevereiro de 1979, a China avança com uma invasão ao Vietname, que lutava agora para se defender e auxiliar a recém-insaurada “República Popular do Camboja” contra os agora guerrilheiros do Khmer Rouge. (Best et al., 2015d, pp. 327-28). A invasão chinesa do Vietname levaria a que a URSS recuasse na sua tentativa de recuperar as relações com Beijing, decorrentes desde a morte de Mao, e como resposta, Moscovo, aumentou o apoio militar a Hanói (Berkofsky, 2014, p. 116). A China seria, contudo, rapidamente derrotada demonstrando a inferioridade tecnológica, organizacional e material das suas forças armadas (Best et al., 2015e, p. 399).

No ano de 1979 ocorre, também levaria a uma reorganização nas relações sino-americanas, com a abertura de relações diplomáticas oficiais entre Beijing e Washington, que apoiaram a incursão chinesa no Vietname, e corte das relações oficiais entre Washington e Taipé. A importância das relações com a China seria reforçada com a invasão soviética do Afeganistão e a repressão no Pacto de Varsóvia (Best et al., 2015e, pp. 398-399).

A derrota chinesa no Vietname, demonstrou a fragilidade chinesa face ao colosso soviético, impulsionando Deng a implementar vastas reformas para resolver o atraso chinês via “4 modernizações”: agricultura, indústria, ciência e defesa nacional. Deng, assim, precisava de investimento e tecnologia estrangeira, que esperava atrair criando as “Zonas Económicas Especiais”. Uma destas zonas seria Hong Kong, colónia britânica, mas cujo futuro estava em aberto desde o fim da Guerra Civil Chinesa. Com o desejo de Deng de apagar o histórico de humilhação às mãos de impérios coloniais ocidentais, foi concedida esta designação e um grau de autonomia bastante elevado sob o lema de “um país, dois sistemas”, nas esperanças de atrair Taiwan para a reunificação. Isto permitiria também que a China tivesse um crescimento económico muito

elevado e deixasse definitivamente para trás o isolamento internacional que a caracterizava (Best et al., 2015e, p. 399).

6. Reaproximação sino-soviética e o colapso da ordem internacional

Ao longo da década de 1980, tanto o bloco soviético como ocidental, sofreriam crises. Se a década começara com otimismo soviético, de que os ventos da história estariam do lado comunista, o decorrer desta década mudaria esse espírito. A guerra do Afeganistão, assemelhava-se a um Vietname soviético, com um desgaste constante causado por uma guerra de guerrilha, o que somado ao auxílio a movimentos revolucionários, ameaçava levar Moscovo à falência. Os guerrilheiros *mujahdeen*, não só contaram com o apoio americano (Best et al., 2015f, pp. 535-536) como também chinês, que viam nesta invasão uma tentativa de rodear Beijing com estados pró-soviéticos (Berkofsky, 2014, p. 116). Acrescentando aos problemas económico-financeiros e tumulto geopolítico, a entrada e saída de presidentes em Moscovo causava instabilidade política (Best et al., 2015f, pp. 536).

Por outro lado, a ascensão do Movimento Solidariedade na Polónia ameaçava minar a autoridade comunista no Leste Europeu, e a resposta militarizada do Partido Comunista Polaco tirou qualquer legitimidade ao partido. Como resultado resultando vários partidos comunistas ocidentais cortaram relações com o bloco. A economia socialista também se encontrava em crise de confiança, devido ao falhanço em aumentar os padrões de vida e adotar tecnologias ocidentais. Assim, o bloco socialista, aparentava estar em crise económica e política. Mikhail Gorbachev, acabado de chegar ao poder em 1985, esperava relaxar a tensão com o Ocidente de modo a poder reorganizar o sistema soviético. Porém, o desastre de Chernobyl, em 1986, entre outros motivos, forçaram a adotar políticas de *'perestroika'* mais radicais e abrindo espaço para a oposição interna (Best et al., 2015f, pp. 536-357).

Outra faceta importante da política externa de Gorbachev, seria a tentativa de reaproximação à China. Assim, em 1986, Gorbachev anunciaria a retirada de tropas da fronteira com a China, a eventual retirada do Afeganistão, e a intenção de recuperar as relações comerciais e políticas com a China. Eventualmente culminaria com uma cimeira sino-soviética em Beijing, em 1989 (Berkofsky, 2014, p. 116).

O golpe final no Pacto de Varsóvia, viria da Europa de Leste, com uma mudança da retórica de Moscovo. Crendo que não haveria intervenção soviética, vários governos no Pacto mudaram para mãos não-comunistas, quer via eleições, quer via revoltas populares. Talvez o marco mais importante, a queda do Muro de Berlim, sinalizaria o fim do Pacto de satélites de Moscovo. E en-

quanto isto tudo se passava, Gorbachev insistia numa política não intervencionista por parte de Moscovo, concordando até com uma reunificação alemã, em 1990, em troca de empréstimos alemães. Porém, isto não seria suficiente para impedir o colapso social e económico e os impulsos independentistas das repúblicas soviéticas. A incapacidade de uma coluna revoltosa do Partido Comunista Soviético e do Exército Vermelho em retomar o controlo, sinalizaria a queda e desmembramento da URSS e, assim, o fim da Guerra Fria (Best et al., 2015f, pp. 538-540).

Simultaneamente, no final de 1989, vários líderes do PCC preocupavam-se com a mudança económica na China, que poderia levar a uma revolução liberal ou à perda de controlo da sociedade pelo partido. Aliado a isso, inflação e corrupção de oficiais do partido reforçavam a insatisfação popular. Em 1989, após a morte de um oficial moderado do PCC, e com a visita do Presidente Gorbachev, estudantes ocuparam a Praça Tiananmen em Beijing para exigir a purga da corrupção dentro do PCC e uma maior democratização. Progressivamente, incluíam outras manifestações espalhadas pelo país inteiro, que envolviam cada vez mais grupos não-estudantis. Quando se tornou claro que o movimento não se dissiparia, o partido ordenou ação militar que resultou na perda de vidas e prisões em massa nos dias seguintes. Esta resposta dura teve repercussões na imagem internacional chinesa, já agravada pelo Tibete, que restava como o único estado marxista-leninista (Best et al., 2015e, pp. 400-401). E com o fim da URSS, Moscovo e Beijing China seguiriam caminhos opostos. Beijing renegaria à liberalização política e social e Moscovo reformar-se-ia internamente.

A década de 1990 teve um desequilíbrio de poder nunca visto. Os EUA eram a única superpotência capaz de se projetar económica, militar e politicamente em qualquer lugar no mundo, sem ter um forte oponente. Em contraste, a Rússia dos anos 90, estava assolada de crises políticas e económicas, com uma inflação em alta, e em contração económica, fruto das desregulações económico-financeiras instituídas por Boris Yeltsin para se aproximar do Ocidente. A estabilidade russa seria ainda mais debilitada por movimentos separatistas, como a Chechénia, que seria palco de duros combates desde 1994 até ao início da década seguinte (Best et al., 2015f, pp. 545-546).

Problemas de saúde levariam à renúncia de Boris Yeltsin no final de 1999. E Vladimir Putin seria o escolhido para presidente interino. No ano seguinte, é eleito, democraticamente, prometendo controlar os oligarcas russos e estabilizar o país. Esta debilidade e instabilidade russa só reforçava a superioridade relativa norte-americana. Alguns pontos de destaque na relação Ocidente-Rússia ao longo da década de 1990, foram a assinatura do *Strategic Arms*

Reduction Talks (1991), e do acordo de Lisboa (1992), que reduziram o ex-arsenal nuclear soviético. Em 1995, o Tratado de Não Proliferação Nuclear tornou-se permanente e procurou-se integrar a Rússia no sistema ocidental, através das “Partnership for Peace” e a inclusão nos G7 (agora G8). Porém, falhariam a longo prazo devido à desconfiança ocidental em relação a Moscovo, e às preocupações russas face ao alargamento da NATO. Contudo, a interação com a Rússia era crucial devido à sua importância geopolítica, potencial económico e capacidade militar (Best et al., 2015f, pp. 547-548).

No lado chinês, com o fim da Guerra Fria, previa-se que o centro de gravidade mundial se deslocasse para o Pacífico devido às economias regionais em crescimento. Porém, viu-se atolada de problemas, entre os quais securitários. Contudo, crescimento estratosférico chinês continuava, inclusive, emergindo ilesa da crise financeira de 1997. O Massacre de Tiannanmen levantou sérias questões sobre o seu respeito pelos direitos humanos, e estas dúvidas eram muito palpáveis na questão de Hong Kong. E a rejeição beligerante de criticismos não ajudava ao relaxamento dessas dúvidas. A queda da URSS, deixava em aberto a questão do outro grande regime comunista sobrevivente, a China. E a única superpotência, Washington, tinha duas opções para lidar com Beijing: *containment*, ou, *engagement*. A administração Clinton optaria pela segunda, promovendo a entrada da China na Organização Mundial de Comércio. Esta relação continuaria com os seus elementos de tensão à mistura, sendo Taiwan, que começava a pensar na ideia de independência, o principal (Best et al., 2015e, pp. 400-403).

Voltando à Rússia, as expectativas de investimento e apoio ocidental, e de uma parceria igualitária com os EUA, foram substituídas por sentimentos de desilusão e traição. Yeltsin abandonaria, assim, a sua política externa pró-ocidental e adotaria uma abordagem “multivetorial”, (Lo, 2008a, p. 29), permitindo uma nova reaproximação e melhoramento das relações bilaterais. Em 1992, assinou-se um tratado de não agressão, e um acordo como a Rússia providenciaria apoio financeiro e técnico para a construção de uma central nuclear na China. Já em 1994, ambos os países abriram conversas para resolver disputas territoriais e concordaram em desmilitarizar as fronteiras comuns. Em 1996, a Rússia concorda em reforçar o apoio à tecnologia nuclear chinesa, e assinam uma “parceria estratégica”, que embora não se traduzisse em políticas comuns, tornou a China no maior cliente de armamento russo. No ano seguinte, Yelstin e o Presidente Jiang, anunciaram a promoção de uma nova ordem internacional, uma “ordem multipolar”. Ambos criticaram a hegemonia e “double standard” ocidental, mas, mais uma vez, isto não se traduziu na aplicação de políticas comuns (Berkofsky, 2014, p. 117).

7. O século XXI

Para se falar da evolução das relações sino-russas no novo século, é importante mencionar as três características que descrevem melhor descrevem comportamento russo atual. Estas linhas condutoras têm sido manter um governo central forte, recuperar território perdido e a sua crescente parceria com a China. O caos que caracterizou o período pós-soviético e a culpa atribuída ao Ocidente pela queda da URSS, permitem concluir que a Rússia permanecerá sob a alçada de um regime forte centralizado que se oponha ao Ocidente, liderado por Vladimir Putin. Não obstante, da identidade europeia russa, a China é um parceiro preferencial, pois embora a Europa e os territórios nela sejam parte fulcral da sua identidade, a China é fulcral para a viabilidade do seu futuro enquanto estado. Para a Rússia, a sua segurança e influência depende do que conseguir reconstruir da antiga União Soviética (especialmente zonas com uma forte presença étnica russa), tomando posse de território na Geórgia e Ucrânia e ignorando, o máximo que pode, sanções económicas. Manter os estados europeus à sua volta como tampões, também faz parte do cálculo estratégico do Kremlin, o que o coloca em rota de colisão com a NATO e a União Europeia. Porém, nada disto se aplica no Extremo Leste russo, que faz fronteira com a China, não há terras perdidas ou russos fora de portas. A China e a Rússia partilham assim diversos interesses, entre os quais, a sobrevivência dos seus regimes, contrariar influência ocidental, desenvolver e manter esferas de influência e crescer as suas economias. Mas diferem nos valores e identidades, a Rússia é uma tradicional potência europeia, historicamente paranoica e focada em recuperar a sua esfera perdida com o colapso da URSS. A China é uma potência asiática, historicamente o centro geográfico e cultural da região, e está focada em consolidar o seu poder aí (Turvold, 2020, p. 241-244). Assim, a China prioriza a Península Coreana, o Mar do Leste da China, e o Mar do Sul da China, e as águas do Pacífico, já a Rússia prioriza o espaço pós-soviético, a Europa, o Médio Oriente, o Mar de Okhotsk e o Oceano Ártico (Yamazoe, 2018, p. 34-35). De salientar que o Ártico é, depois da Europa de Leste, o principal foco de atenção russo, procurando desenvolver esta região, dado que permitiria rotas de navegação mais rápidas entre a Ásia e a Europa, o que poderia trazer grandes benefícios a Moscovo (Turvold, 2020, p. 244).

É igualmente importante mencionar os três eventos do século XXI que marcariam o futuro das relações sino-russas. Em primeiro lugar, tanto Moscovo, como Beijing, desejavam resistir à supremacia global americana e pressão ocidental pelo tratamento de minorias. A partir deste desejo, nasceu a base para o Tratado de Boa Vizinhança, Amizade e Cooperação, assinado a 16

de julho de 2001. Este tratado marcaria o início de uma relação progressiva e cada vez mais profunda ao longo entre Moscovo e Beijing. O tratado cobre 5 áreas de cooperação: políticas comuns de combate à hegemonia americana; demarcação permanente das fronteiras comuns; vendas de armas e transferências de tecnologia; fornecimento de energia e matérias-primas e, por fim, políticas comuns contra o extremismo islâmico na Ásia Central (Berkofsky, 2014, p. 118).

Outra dinâmica importante seria observada no pós-11 de setembro. Após os ataques da Al-Qaeda, Vladimir Putin, decidiria colaborar com a administração Bush Jr., permitindo a presença norte-americana na Ásia Central, em troca do reconhecimento enquanto parceiro indispensável. Esta decisão, partiu duma análise de que a presença americana seria temporária, mas longa o suficiente para derrubar o regime talibã e fortalecer a estabilidade regional. Acabando, assim, por resolver alguns “problemas” do Kremlin. Mas isto mudou quando se tornou evidente que as expectativas de Putin não se concretizariam. Além disso, o apoio ocidental às “revoluções coloridas”, o descrédito do governo de Putin e das objeções deste à invasão do Iraque, forçaram a que Moscovo alterasse a sua estratégia. De modo a “repelir influência externa” a Rússia cooptou a China e os estados da Ásia Central. Porém, o apoio russo à entrada americana chocou Beijing, que nunca esperaria que Moscovo permitisse ao Ocidente implantar-se numa zona tão fulcral, especialmente sem avisar Beijing. Isto só demonstrava que a relação ocidental tomaria precedente face à China (Lo, 2008c, pp. 93-97). Dada a rejeição pelo Ocidente, Moscovo procuraria aumentar a cooperação com Beijing, porém, vendo a ascensão chinesa com admiração e precaução (Trenin, 2006, p. 93). Putin veria a lenta expansão da NATO para leste, ao longo dos anos 2000, de maneira semelhante à invasão nazi e napoleónica (Turvold, 2020, p. 240).

Por fim, outro marco importante na relação sino-russa, neste ano, seria a fundação da Organização de Cooperação de Xangai (SCO), a 15 de junho de 2001. Esta organização surge como resultado de interesses sino-russos securitários comuns na Ásia Central, e deste então é dominada por Moscovo e Beijing como um fórum para coordenar os seus interesses regionais (Berkofsky, 2014, p. 118), e visava a eliminação dos “três males”: “terrorismo, separatismo e extremismo religioso”. E embora surja com um objetivo comum, a estabilidade regional da Ásia Central, é vista de maneira diferente, quer por Moscovo, quer por Beijing. A Rússia preferia que as suas organizações, que não incluem a China, tomassem os papéis de destaque na segurança e economia regional, e que a SCO se focasse em questão securitárias e estratégicas, nomeadamente

contra a “influência externa” na região. Já a China prefere focar-se na questão económica (Bolt, 2014, p. 61).

A Ásia Central tornar-se-ia, assim, no coração das relações sino-russas. A Rússia pretende manter a sua tradicional influência regional, e o único desafio à sua hegemonia, era a China. Ambos os lados competem por influência regional e entre os seus projetos de integração regional. A China promove a *Belt and Road Initiative* (BRI) um projeto que procura interconectar a Europa e a China. Por outro lado, a Rússia tentou desenvolver a União Económica Euroasiática (UEE), um projeto de integração que cobre grande parte do espaço pós-soviético. Embora semelhante em termos de objetivos de integração, mercado e modernização, desenvolvem-se de modos distintos. Superficialmente, ambos os lados apoiam o projeto regional oposto, “procurando pontos de conjugação entre o BRI e a UEE”. Porém, o avanço chinês na região ameaça minar a posição russa, em especial a sua posição especial enquanto país de trânsito e fornecedor energético chinês (Makocki & Popescu, 2016, p. 40). E embora exista esta tensão inerente à divisão desta região, nenhum dos dois se pode dar ao luxo de afastar o outro. A Rússia porque não tem capacidade para dominar a área politicamente ou para a desenvolver economicamente (Bolt, 2014, p. 59), e a China porque a presença russa confere estabilidade à região (Makocki & Popescu, 2016, p. 45), o que vai de encontro aos seus objetivos regionais e domésticos. Esta região assim é quase ilustrativa da relação geral entre Moscovo e Beijing, tensões fortes, mas que devido a problemas maiores são remetidas para segundo plano.

As relações de poder entre a China e a Rússia inverteram-se face ao que eram na década de 1950. Durante a Guerra Fria, a URSS era o “irmão mais velho”, a potência superior a nível militar, político e económico. Porém ao longo do século XXI, essa superioridade parece ter passado para o lado chinês. Ainda assim, a Rússia não vê a China ascendente como a grande ameaça securitária, que vê no Ocidente. Aliás na visão russa, o crescimento da China abre espaço para uma ressurgência russa num mundo multipolar. A China, por sua vez, está focada em problemas internos, principalmente em Xinjiang, e na sua fronteira sul e leste. Assim, boas relações com a Rússia são importantes para a segurança chinesa, assegurando estabilidade na Ásia Central, que faz fronteira com Xinjiang. Beijing valoriza também boas relações com a Rússia porque impede que Moscovo desenvolva laços com a NATO, deixando a China isolada internacionalmente (Bolt, 2014, p. 56).

A sua preferência por um “mundo multipolar”, onde Beijing e Moscovo tivessem mais influência, é algo amplamente citado por ambos. Isto não só aumentaria o seu estatuto internacional, como protegeria países em termos

desfavoráveis com o Ocidente e onde ambos têm interesses, como o Irão e a Coreia do Norte. Ambos os países pretendem uma reforma das instituições internacionais. Porém, nenhum quer a expansão do Conselho de Segurança ou a perda de poder de veto, dado que significaria perda de influência, especialmente, no Sul Global. Pretendem, sim, reformas em instituições financeiras, dando maior autoridade a Estados não-Ocidentais e o desenvolvimento de organizações multilaterais que excluam o Ocidente, como os BRICS e a SCO. Contudo, as visões deste “novo mundo” divergem entre Moscovo e Beijing. A preferência de Beijing não é clara, com múltiplas visões, desde um “desenvolvimento pacífico” a uma busca pela hegemonia assente numa nova ordem mundial. Sendo que, algumas destas visões imaginam uma China hegemónica, possivelmente indo contra a visão russa. A visão russa, por sua vez, é mais limitada, mas também desafia o status quo, exigindo que a Rússia seja reconhecida como grande potência e mantenha as antigas repúblicas soviéticas na sua órbita (Bolt, 2014, p. 50).

É importante caracterizar também as relações entre os dois e a potência dominante da ordem internacional, os Estados Unidos. As relações Washington-Moscovo-Beijing podem ser caracterizadas como “um triângulo de desconfiança”, em que um Estado se preocupa com as aproximações dos outros dois. Moscovo opõem-se a um fórum G2 entre os EUA e a China porque significaria perder um lugar na mesa da gestão mundial. Simultaneamente, rejeita uma relação com Beijing que isole Moscovo da Europa Washington, esperando que a China e os EUA se contenham, com envolvimento russo e de outras potências. Simultaneamente, a China preocupa-se com possíveis laços entre a NATO e a Rússia, e não pretende que os EUA vejam as relações sino-russas como uma aliança que ameace os seus interesses (Bolt, 2014, pp. 62-63). Já os Estados Unidos desconfiam de qualquer aproximação entre os dois que indicie uma aliança revisionista.

Um aspeto importante desta parceria estratégica é a sua natureza não vinculativa. Ao contrário de relações de *balancing* ou *bandwagoning*, parcerias estratégicas não impedem estados de prosseguir parcerias semelhantes com outros. Debate-se se a China e a Rússia cooperam por desconfiança mútua e não pretendem sacrificar flexibilidade ao comprometerem-se com as posições da outra (Yamazoe, 2018, pp. 33-34).

Assim, o ponto que as une é a oposição ao Ocidente, e o comportamento de cada uma pode originar um afastamento, especialmente quando a Rússia é vista cada vez mais como o parceiro menor. A Rússia pode desejar equilibrar a influência chinesa e americana na região do indo-pacífico, tendo bens importantes como armas ou hidrocarbonetos, acesso às rotas do Ártico, e uma

amizade histórica com muitos países na região. Pode assumir-se, deste modo, como uma alternativa viável ao expansionismo chinês e à mensagem de “Ásia para asiáticos” de Xi Jinping (Turvold, 2020, p. 249). As cimeiras sino-russas são conduzidas duma maneira quase negocial, e extremamente focadas em resultados. A anexação russa da Crimeia ilustrou a tensão entre as duas mundividências, a China rejeita a interferência nos assuntos internos de Estados, criticando os EUA por violarem este princípio, e a Rússia violou-o claramente. A Ucrânia também era de interesse estratégico para a China devido a importações militares e tecnológicas, interesses agrícolas e ser uma peça-chave nos investimentos chineses no Leste Europeu. O referendo da Crimeia abre um precedente que pode ser repetido por Taiwan, Tibete ou Xinjiang. Beijing viu, contudo, vantagem num revés ocidental, aplaudindo Putin por fazer frente aos interesses ocidentais. Um confronto Ocidente-Rússia também seria benéfico para a China dado que tornaria Moscovo mais dependente da China para compras energéticas e desenvolvimento económico (Bolt, 2014, p. 52), exacerbando a relação quase neocolonial entre os dois (Lo, 2008b, p. 49).

Por fim, a ascensão chinesa não ameaça a Rússia territorial, política ou economicamente, mas é um outro tipo de ameaça. A sua ascensão enquanto ator global acentua a assimetria entre os dois, e quanto mais poderosa a China ficar, menor a importância russa na estratégia chinesa. E também lança dúvidas sobre o lugar russo no mundo, dado que a ascensão chinesa, ameaça desalojar Moscovo, por exemplo, da Ásia Central (Lo, 2008b, p. 89).

Assim, é importante falar do eixo de conveniência de Bobo Lo. Como visto, a Rússia e China não partilham uma visão a longo prazo do mundo, nem um entendimento dos seus respetivos lugares nele. A dinâmica é assim de conveniência estratégica, direcionada sobretudo a restringir os Estados Unidos. E embora, este seja o principal motivo, para a Rússia, fatores económicos, como a venda de petróleo, também contam, e devido a antigos territórios chineses estarem integrados na Federação Russa, uma parceria pode ser a melhor opção para lidar com uma China expansionista no pós-Taiwan. Uma relação com a China é também importante para cumprir o seu “desígnio estratégico” de ser o terceiro polo ao lado dos EUA e da PRC, a “ponte” Este-Oeste. Já no lado chinês, a componente de balanço face a Washington não é tão valorizada, sendo mais importante o papel russo na manutenção da estabilidade na fronteira ocidental chinesa, e no fornecimento energético. Beijing suspeita também que o apoio de Moscovo em questões fraturantes, como Taiwan, será limitado (Lo, 2008b pp. 45-55).

8. Conclusão

Em suma, o colapso da União Soviética e o novo milénio permitiram uma aproximação e aprofundamento das relações, mas que, de momento, ainda não constituem uma verdadeira aliança. E se era a China comunista que, na Guerra Fria, o parceiro pouco desenvolvido e belicoso, que precisava da União Soviética para se manter viável económica e politicamente e enfrentar os Estados Unidos (mesmo ressentindo o tratamento de Moscovo, quer na era imperial, quer na era soviética). É agora a Rússia, o parceiro inferior e com uma atitude agressiva que, ocasionalmente, choca com os interesses do parceiro, ressentindo o preponderante papel chinês, não só internacionalmente, mas também na sua “zona de influência”.

Assim, Moscovo e Beijing têm uma parceria estratégica de conveniência, porque embora pretendam, o mesmo, um mundo em que os Estados Unidos não são hegemónicos, não concordam com o que substituir esse mundo. Ambas se unem pela conveniência de estarem numa posição semelhante de insatisfação com a ordem internacional. Porém, não têm material subjacente em comum (quer ideológico, estratégico ou cultural), ou pelo menos peso suficiente, para formalizarem uma aliança e se vincularem mutuamente. Contudo, esta parceria impactará o futuro do sistema internacional, principalmente pelo abastecimento do crescimento chinês por energia russa, e pela posição privilegiada russa para a exploração de rotas no Ártico. Ambos estes fatores permitirão à China atingir os seus objetivos económicos mais rapidamente e aproximar-se dos Estados Unidos. Ainda assim, é incerto haver uma maior cooperação militar sino-russa na região contra os EUA, Taiwan ou o Japão.

Ironicamente, talvez seja o constante agrupamento pelo Ocidente das duas capitais como uma “aliança revisionista” o que as leva a aprofundar as suas relações. Na década de 1990, uma Rússia falida e sob grande escrutínio ocidental pela guerra da Chechénia, viu-se forçada a aproximar-se duma China, também isolada internacionalmente pelo massacre de Tiananmen. E mais uma vez, em 2014, uma Rússia sancionada pela invasão da Crimeia aproximou-se mais da RPC, já alvo do *pivot for Asia* americano, para tentar diminuir o impacto económico. Em ambos os casos, as relações sino-russas saíram reforçadas e aumentaram o medo ocidental de uma “aliança revisionista”. É possível que este padrão se repita rescaldo da invasão russa da Ucrânia de 2022, possivelmente com uma Rússia ainda mais dependente face a Beijing, porém, o grau dessa dependência e dessas relações são de momento mera especulação. O que é certo é que a configuração sino-russa não representa uma aliança revisionista formal, com uma ideologia autoritária que ameaça contaminar o

mundo. É só uma parceria de conveniência para lidar com objetivos comuns, com muita tensão subjacente sobre o que significam esses objetivos.

Data de receção: 25/11/2024

Data de aprovação: 15/01/2025

Referências Bibliográficas

- Berkofsky, A. (2014). Russia and China: The Past and Present of a Rocky Relationship. *Il Politico*, 79(3 (237)), 108-123.
- Best, A., Hanhimäki, J. M., Maiolo, J. A., & Schulze, K. E. (2015a). 3: Japan, China and the Origins of the Pacific War. Em *International History Of The Twentieth Century and Beyond* (pp. 63-86). Routledge.
- Best, A., Hanhimäki, J. M., Maiolo, J. A., & Schulze, K. E. (2015b). 10: Asia in Turmoil: Nationalism, Revolution and the Rise of the Cold War, 1945-53. Em *International History Of The Twentieth Century and Beyond* (pp. 261-284). Routledge.
- Best, A., Hanhimäki, J. M., Maiolo, J. A., & Schulze, K. E. (2015c). 11: From Cold War To Détente, 1962-1979. Em *International History Of The Twentieth Century and Beyond* (pp. 285-310). Routledge.
- Best, A., Hanhimäki, J. M., Maiolo, J. A., & Schulze, K. E. (2015d). 12: The Vietnam Wars, 1945-79. Em *International History Of The Twentieth Century and Beyond* (3.a ed., pp. 311-332). Routledge.
- Best, A., Hanhimäki, J. M., Maiolo, J. A., & Schulze, K. E. (2015e). 15: The People's Republic of China and North Korea: Ideology and Nationalism, 1949-2014. Em *International History Of The Twentieth Century and Beyond* (3.a ed., pp. 385-410). Routledge.
- Best, A., Hanhimäki, J. M., Maiolo, J. A., & Schulze, K. E. (2015f). 20: The End of the Cold War and the 'New World Order', 1980-2000. Em *International History Of The Twentieth Century and Beyond* (pp. 533-554). Routledge.
- Bolt, P. J. (2014). Sino-Russian Relations in a Changing World Order. *Strategic Studies Quarterly*, 8(4), 47-69.
- Lo, B. (2008a). Chapter 2 The Burden Of History. Em *Axis of Convenience: Moscow, Beijing, and the New Geopolitics* (pp. 17-37). Brookings Institution Press. <https://www.jstor.org/stable/10.7864/j.ctt6wphdn>
- Lo, B. (2008b). Chapter 5 «“Peaceful Rise”» and The Shifting Sino-Russian Balance. Em *Axis of Convenience: Moscow, Beijing, and the New Geopolitics* (pp. 73-90). Brookings Institution Press. <https://www.jstor.org/stable/10.7864/j.ctt6wphdn>
- Lo, B. (2008c). Chapter 6 Cooperation And Competition In Central Asia. Em *Axis of Convenience: Moscow, Beijing, and the New Geopolitics* (pp. 17-37). Brookings Institution Press. <https://www.jstor.org/stable/10.7864/j.ctt6wphdn>
- Makocki, M., & Popescu, N. (2016). *Russia and China in Central Asia* (China and Russia:, pp. 39-46). European Union Institute for Security Studies (EUISS). <https://www.jstor.org/stable/resrep06942.8>
- Trenin, D. (2006). Russia Leaves the West. *Foreign Affairs*, 85(4), 87-96.

Turvold, W. (2020). *Russia in the Pacific: Strategic Opportunity in the Far East* (HIND-SIGHT, INSIGHT, FORESIGHT, pp. 239-252). Daniel K. Inouye Asia-Pacific Center for Security Studies. <https://www.jstor.org/stable/resrep26667.21>

Yamazoe, H. (2018). Sino-Russian Cooperation from the Perspective of the U.S.-Japan Alliance. *Asia Policy*, 13(1), 32-38.

Sobre o autor

MÁRIO LEIRIA DOS SANTOS é aluno do Mestrado de Ciência Política e Relações Internacionais, na especialização de Relações Internacionais, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL). Sendo também licenciado em Ciência Política e Relações Internacionais pela FCSH-UNL e com uma pós-graduação em Globalização, Diplomacia e Segurança pela FCSH-UNL e Instituto Universitário Militar. As suas áreas de interesse dentro do campo das Relações Internacionais incluem Estudos Asiáticos, Estudos Pós-Soviéticos, Geopolítica, Geoestratégica e Estudos de Segurança.

[ORCID ID: <https://orcid.org/0009-0002-2709-5487>]

About the author

MÁRIO LEIRIA DOS SANTOS is a student on the Master's Degree in Political Science and International Relations, specialising in International Relations, at the Faculty of Social Sciences and Humanities of NOVA University Lisbon (FCSH-UNL). He holds a degree in Political Science and International Relations from FCSH-UNL and a postgraduate degree in Globalisation, Diplomacy and Security from FCSH-UNL and the Military University Institute. His areas of interest within the field of International Relations include Asian Studies, Post-Soviet Studies, Geopolitics, Geostrategy and Security Studies.

[ORCID ID: <https://orcid.org/0009-0002-2709-5487>]